



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Matriz de Gerenciamento de Riscos

(Processo Administrativo nº _____ / 2025)

1. Informações Básicas:

- 1.1. Número da Matriz de Alocação de Riscos: _____ /2025
- 1.2. Responsáveis: Alessandro Magno Do Nascimento - Membro convidado da Equipe de planejamento.
- 1.3. Data:
- 1.4. Objeto da Matriz de Riscos: Bandeirolas Juninas para decorar a praça de eventos na Festa dos Caminhoneiros da Prefeitura Municipal de Itabaiana, na conformidade do termo de referência.

Riscos Identificados

Risco	Fase	Evento de Risco	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Resposta	Responsável
R1	E	Itabaiana	Locação de veículos	Locação de veículos	Moderada	Alta	Alto	Plano de contingência	Alessandro Magno Do Nascimento

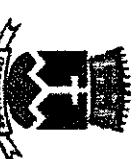


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

		O setor de compras e/ou qualquer outro, eventualmente incumbido de empreender tal fase de planejamento, deverá atentar para as prescrições técnicas confidadas na Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 07 de julho de 2021, bem como as prescrições técnicas engendradas pelos órgãos de controle, com o fito de conceber preço de referência que reflita a realidade de mercado.
R-01	Planejamento da Contratação - Setor de Compras	Definição de preços de referência que não refletem os praticados no mercado, com consequente impossibilidade de elaboração do orçamento estimado ou dificuldade de avaliar adequadamente a exequibilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.
1	4	O setor de compras e/ou qualquer outro, eventualmente incumbido de empreender tal fase de planejamento, deverá atentar para as prescrições técnicas confidadas na Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 07 de julho de 2021, bem como as prescrições técnicas engendradas pelos órgãos de controle, com o fito de conceber preço de referência que reflita a realidade de mercado.



R-02	Planejamento da Contratação	Não interessados no pregão	“Falha, divulgação instrumento contratuai”	não do	“Não formalização de instrumento	1	4
R-03	Planejamento da Contratação	As empresas não conseguem atender aos comandos edital	“Falha estipulação na dos comandos do edital”	na dos do	“Não formalização de instrumento	1	4
R-04	Planejamento da Contratação	Especificação e quantidade insuficiente dos produtos	Falta verificação ou incorreta da necessidade dos locais e dos itens em que as decorações serão empregadas.	possibilidade de prestação de serviço ineficiente que não forneça o apelo atrativo visual desejado.	Descrever o item (s) e quantidades do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades.	1	4
			Mesmo adotando a ação de mitigação de risco e este acabe por se materializar, a administração	Contratante			



R-05	Planejamento da Contratação	Fixação, no edital, de prazo de validade das propostas insuficiente para a conclusão certame formalização do contrato,	Consequente liberação dos licitantes assumidos em suas propostas (art. 90, § 3º) antes de formalizada a contratação impossibilidade ou dificuldade de contratar nas condições ofertadas pelo vencedor, de negociar melhores	deverá conceber os atos necessários para elidir a situação, seja através de competente aditivo de preços, na forma do Art. 124 e seguintes, ou empregar medidas diversas.
				O setor técnico deverá, quando da elaboração dos atos inerentes ao planejamento, concebe-lo de modo portentoso, de modo a fornecer à equipe de licitação os elementos mínimos necessários para conceber, de modo perfuntório, os



R-06	Licitatória	Seleção de prestador de serviços sem condições de cumprir o contrato	Entendimento de que a busca por resultado mais vantajoso para a Administração, prevalece sobre o princípio básico de vinculação ao edital, levando à aceitação de proposta que esteja	<p>condições com os remanescentes, ou até mesmo contratar nas condições originais por eles ofereadas (art. 90, §§ 2º e 4º).</p> <p>comandos editais. Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, caso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.</p> <p>O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em</p>



desconformidade com o edital e a quebra da isonomia entre os participantes.

encargos tributários superdimensionados nas planilhas de preços, com consequente contratação por valores mais elevados

(3) Licitante vencedor apresentar proposta com preços de alguns itens abaixo do mercado (subpreço) e de outros itens acima do mercado (sobrepreço), mas de forma que o valor global de sua proposta seja o menor, levando à contratação de proposta que não reflete a realidade dos preços de mercado (contendo de

eventual incidência de erro especial que não pode ser comprovado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem procedendo a competição entre os atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 Plenário. — TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.



R-07	Licitatória	<p>Ocorrencia de agudização do princípio vinculação ao instrumento editalício e, por excesso formalismo, desclassificar proposta vantajosa</p>	<p>planilhas?), com consequente superfaturamento contratual (dados ao terceiro) em caso de utilização, mediante termo aditivo ao contrato, de menor quantidade maior dos itens com sobrepreço e/ou menor dos itens com subpreço.</p>
		<p>Falta de capacidade técnica do agente ou dos membros da comissão de contratação, levando à desclassificação precipitada de proposta por erro sánavel</p>	<p>Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, nascendo o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.</p>
			<p>O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se prestar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, eventual</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAJANA

incidência, de erro essencial, que não pode ser

consolidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a competente motivação dos atos, na forma do Acórdão Nº 977/2024

Plenário – TCU, como meio de inhibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo. Mesmo adotando-se a medida de

para administração.



	<p>mitigação de riscos, caso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em Se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.</p>
<p>R-08 Licitatória</p> <p>Desclassificação de propostas, por inexequibilidade, sem que se seja franqueado à oportunidade em se demonstrar a exequibilidade.</p> <p>Ante a ausência de capacidade técnica, o agente de contratações e/ou membros da comissão de contratação podem obter resultado mais vantajoso para a Administração, ou questionamentos ou paralisação, do certame</p> <p>Consequente perda de oportunidade de obter resultado mais vantajoso para a Administração, ou questionamentos ou paralisação, do certame</p> <p>O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá observar princípio formalismo moderado, bem como o §2º do Art. 59, da Lei Federal Nº 14.133/2021, sempre que viável, registrar suas motivações de modo robusto, em</p>	<p>1.</p> <p>4.</p> <p>4.</p> <p>Contratante</p>



R-09	Licitatória	aceitação de preços inexequíveis	Falta de capacitação, bem incúria, dos servidores públicos incumbidos tal empreitada	(1) o contratado vem a pleitear frequentes alterações contratuais para elevar a sua remuneração, com consequente aumento do custo da fiscalização do contrato para gerir os conflitos com o fornecedor.	exigir do licitante que ela seja demonstrada reverência ao princípio da motivação e, em especial, conforme o orientado pelo emérito Tribunal de Contas da União - TCU, quando da prolação do Acórdão 977/2024 Plenário.	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se prestar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, eventual incidência, de erro	Contratante/Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.	

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



(2) o contratado tende ao inadimplemento da obrigação pelo contratado ou a redução da qualidade do objeto a nível inferior ao contratado com consequente atendimento necessário da Administração.

essencial, que não pode ser convocado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem procedendo a competir motivação dos atos, na forma do Acordo N° 977/2024 –

Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.

Mesmo adotando-se a medida de

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



mitigação de riscos, caso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se elidir a situação, como instauração de processo administrativo, para avaliar a pertinência de adotar medida administrativa para lidar a situação, seja com a possibilidade de concessão do reequilíbrio, ou outra medida administrativa para constringir o fornecedor a honrar com os seus compromissos.



<p>R-10</p> <p>Licitatória</p> <p>Realização de negociação, para com o licitante, de modo efêmero, conseguindo condições mais benéficas para a administração.</p> <p>Ausência de parâmetros para conduzir negociação com os licitantes remanescentes e avaliar descontos obtidos, além de pouca expertise</p>	<p>Em residual, nenhum medida surta efeito, deverá ser instaurado processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como enviar esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso.</p>
<p>O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se prestar no ato de negociação das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos</p>	<p>Contratante/Contratado: a depende da ação empregada no caso concreto.</p>



- a) agente ou dos membros da comissão de contratação que em negociação b) desclassificações precipitadas de propostas que estejam acima do estimado;
- c) precipitação em aceitar propostas ou em reputar como frustrada;
- d) negociação tentativa de negociação qualquer custo, com porém comprometimento da exequibilidade da proposta ou com a diminuição de qualidade do objeto, outado;
- e) questionamentos sobre quebra de isonomia e atraso na contratação;

competentes para desempenhar, se, quando a negociação, poderá utilizar estratégias mais sofisticadas, com o ação de conceber preço vantajoso, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a competente motivação dos atos, na forma do Acórdão, Nº 977/2024.

Plenário – TCU, como meio de inibir apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



conclusão do processo.

Mesmo em se as medidas mitigatórias risco, o evento materialize, a administração deverá adotar as medidas para, a depender do caso concreto, empreende-se o reequilíbrio, com o fim de baixar o preço pactuado e/ou outra medida diversa para equalizar o preço tanto quanto menor poderia vir a ser.

Em caráter residual, nenhuma medida surta o

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



R-11 Licitatória	<p>efeto, deverá ser instaurado processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como enviar esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso.</p>
<p>“Provável desídia” da eventual contratação</p> <p>“Prova de assinatura do instrumento, de formalização”</p>	<p>Em primeiro momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2º, do</p> <p>2 4 8</p>



Art. 90 da Lei Nº
14.133/2021.

Em primeiro
momento,
prorrogar o prazo
concedido para a
assinaatura do
contrato, na forma
do §1º, do Art. 95,
da Lei Nº

14.133/2021.

Contratante/
Contratado, a
depender da
ação

8
Em segundo
momento,
convocar
licitantes

remanescentes, na
ordem
classificação, para
a celebração do
contrato

nas
condições
propostas
pelo
licitante vencedor,

O licitante. Por
questões técnicas,
não
consegue
proceder
à
assinatura
do
instrumento
contratual

R-12

Licitatória

Dificuldade do
licitante, em
proceder à
assinatura, por
diversos fatores,
entre eles,
destacam:

Se for eletrônico
problemas de
conexão
e de
internet
e/ou
problemas com o
token
congêneres;
Se for presencial,
dificuldade com o
deslocamento até
o órgão; e
Em todo caso,
acaso
requerendo algum
critério de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

apresentação de documento, como condição para assinatura do Contrato, licitante não conseguir providenciar.

não

na forma do §2º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021;

Em momento, na hipótese de nenhuma licitante aceitar praticar as condições do 1º (primeiro) colocado, deverá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, na forma do Inc. I, do §4º, do Art. 90, da Lei

14.133/2021;



Em quarto momento, acaso as negociações áridas, no parágrafo anterior, restar fracassada, adjudicar e celebrar o contrato, nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação, de melhor condição, na forma do Inc. II, do §4º, do Art. 90º da Lei Nº 14.133/2021; e

Por fim, acaso nenhuma das situações anteriores logrem êxito, avaliar a



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

com a diminuição
de qualidade do
objeto oferecido,
questionamentos
sobre quebra de
índexos e atraso
na contratação.

analisar os danos
impostos, mediante
abertura de PAAP,
para analisar se o
erro, será
convalidado, se há
a possibilidade de
retificação, seja
mediante
reequilíbrio
econômico,
financeiro, seja por
empreendimento de
aditivo qualitativo,
é, em, não sendo
viável, analisar a
pertinência
de rescisão e, caso
possível,
convocação
dos
demais
licitantes
para contratação de
remanescente, ou,
em
pertinente,
contratação
emerencial, com



R-14	Gestão do Contrato	Seleção indevida do fornecedor eventual	Falha no setor de aquisição, licitações e contratos analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante certame.	Interrupção no fornecimento dos serviços decorada junina.
R-15	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa ou vencida no ato da contratação	Má-fé ou omissão da observância da Contratada, não contratação de empresas, verificação por parte Administradora indevidamente.	Exigir apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas. No ato do recebimento, conferir com os originais. Consulta



R-16	Gestão do Contrato	<p>prestação de serviço de forma ineficaz ou em níveis de produtividade insuficiente.</p> <p>Falta de um método de medição da qualidade do serviço prestado</p>	<p>Fiscalização ineficiente do serviço pelo fiscal de contrato. Falta de um método de medição da qualidade do serviço prestado</p>	<p>ensões de órgãos oficiais. Mesmo empreendendo-se ação migratória, caso o evento se materialize, adotar medida administrativa para sanear o contrato. Em caráter residual, avaliar a perenidade da contratação dos serviços por meio direto ou não.</p> <p>1. Haverá prejuízos nos festivos, frente à ausência do apelo visual oriundo da decoração.</p> <p>2. Os serviços não atenderão todas as necessidades do evento</p>
			<p>Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.</p> <p>Estabelecer um índice de medição do serviço eficiente, conforme as</p>	<p>Contratante e/ou Contratado desidioso</p>

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



pela contratada por parte do fiscal de contrato.

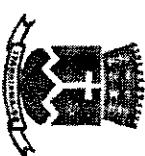
especificações do instrumento convocatório.

Mesmo adotando a medida mitigatória acaso o cenário

venha a se materializar, empregar as medidas necessárias para compelir o contratado a sanear a prestação dos serviços.

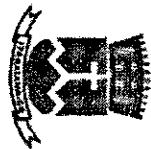
Em caráter residual, caso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021, para que outra venha a

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



R-17	Gestão do Contrato	Atraso no cumprimento do prazo de início da prestação dos serviços de decoração júnior, bem como de prestação a menor.	Displicência da contratada e falha na fiscalização do serviço/objeto	Risco de não se cumprir a determinação de prazo de início da prestação dos serviços de decoração júnior, bem como de prestação a menor.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



do disposto no Art.
9º da Lei Federal
Nº 14.133/2021.

Mesmo em se
adotando as
medidas

migatórias, caso
o evento venha a se
materializar,

empreender as
medidas

administrativas
para constranger o
contratado a
execução
contratual.

Em caráter
residual, caso as
medidas diversas
não surtam efeito,
estudar a
viabilidade em se
adotar meio de
comunicação
diverso.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

		Solicitação e ou resposta, com a maxima brevidade dos pedidos de reequilibrio
R-18	Gestão do contrato	Devido a fatores extremos, os riscos de combate a incêndios, quando da execução do objeto contratual, houver agio no preço dos insumos base, de modo a serem totalmente díctóricos, ao que lastreou a formulação da proposta.
		Risco de rescisão contratual devido pelo contratado, já que este não poderá mais se obrigar a comportar situação que o prejudique, pois na forma do art. 884, do Código Civil, o direito à rescisão em ônus para ambas as partes
		Contratante e ou Contratado desidioso
		mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias acaso evento venha a se materializar em caráter residual, estudar a viabilidade ou em primeiro momento adotar os mechanismos do AT 90 da Lei Federal N. 14133/2021, para



R-19	Considerando que se vislumbra protogações contrariais por se tratar de serviço de caráter frequente, o orçamento base da licitação e ou proposta da licitante ultrapassará 01 (um) ano.	Risco de rescisão contratual pleiteada pelo contratado já que o valor estaria abusivo para e inexoravelmente teremos de rescindir, já que caso houve-se a manutenção, sem qualquer alteração nos termos, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito	um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual ou caso não seja efeto, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso
		Solicitar e ou responder de forma coletiva o procedimento de reajuste, com o fim de preservar equilíbrio financeiro, evitando, quando o desabastecimento do serviço.	Contratante e ou Contratado desidioso
		Mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias, caso o	



R-20	Gestão do Contrato	Aumento, superveniente, da necessidade dos serviços de decoração nos eventos públicos a serem instaurados	evento venha a se materializar, em caráter residual, estuda a viabilidade ou, em primeiro momento adotar os mecanismos do Artº 9º da Lei Federal Nº 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou caso não surta efeito, em segundo momento, estudara viabilidade de contratação por meio diverso.
			Proceder à análise do aumento, caso fioar restituídos os limites dispostos no Artº 125 da Lei Nº 14.133/2021. Mesmo em se adotando as



R-21	Gestão do Contrato	<p>decação no evento vindouro.</p> <p>em ultima análise pode vir a prejudicar a expressividade do evento publico, bem como não conseguir resguardar a preservação da cultura junina.</p>	<p>medidas administrativas mitigadoras, caso o evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art 90 da Lei Federal N° 14.133/2021 para um dos demais eventuais lutantes assumirem a execução contratual. Ou, caso não surta efeito, em segundo momento, estuda a viabilidade de contratação por meio diverso.</p>
		<p>Alteração de requisitos administrativa que incidem sobre serviços</p> <p>contratação, como a identificação da avença, como a assiduidade</p>	<p>Fatores externos consequente à vontade inviabilidade do pagamento pelos</p> <p>3 2 06</p> <p>De modo prévio atentar-se para tal alterações durante a execução contratação e</p> <p>Contratante e</p> <p>Contratado desidioso</p>

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



empesa, ou a fonte por qual conterá os pagamentos dos serviços.	cção, incorporação da contratada por outa empresa ou ainda, remanejamento de recursos que torna insubstancial a originalmente concebida para os pagamentos.	prestados, podendo ocasionar em condutas ilícitas por enriquecimento ilícito na forma do Art. 884, da Lei Federal Nº 14.133/2021	empreender os apostilamentos necessários ta formado Art. 136 da lei federal Nº 14.133/2021



R-22	Gestão do Contrato	Falta de capacidade técnica das comissões processantes, falta de clareza aceitável das responsabilidades e dos membros da sensação de	Falta de consequente nulidade dos procedimentos estipulados quando aplicados, impossibilidade de sancionar o contrato devido à falta de capacitação dos infratores cometidas				contratar o serviço por meio diverso. Ainda, caso o licitante execute o serviço, mas tenha como vira liquidado seu pagamento, pelos motivos acondicionados neste tópico, pago-lo mediante indenização bém como instaurar o competente procedimento de apuração de responsabilização.
							De modo previo, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e Contratado desidioso, equipe responsável pela elaboração das diretrizes.



procedimentos para condução dos processos administrativos com vistas à aplicação de infrações relacionadas à execução do contrato, e normas pertinentes para condução desses processos, estão esparsas, levando à não instauração dos processos ou a instrução dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (p. ex.: estabelecimento da conduta tipificada, nexo de causalidade e culpabilidade).	equipe de fiscalização, de ambiente próprio à recorrência de irregularidades na execução do contrato.	Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as prestações, caso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PADI, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanejamento, na forma do § 5º, do Art. 90 da Lei N° 14.133/2021.
--	---	---



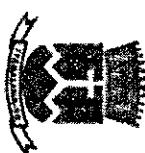
RC-23	Gestão do Contrato	Falta de previsão de sanções específicas para obrigações relevantes do contrato, juntamente com a ausência de definição clara da irregularidade da forma de cálculo da sanção e das evidências necessárias para a penalização	levando à dificuldade de identificar o desvio a ser sancionado, de determinar o prejuízo causado e na de calcular a sanção proporcional a ele, com consequente falta de capacitação dos contribuintes para aplicar sanções que trazem o contrato à normalidade, ou até mesmo a anulação das sanções aplicadas	Em resúmido, caso nenhuma outra medida surta efeito, é pertinente de contratar o serviço por meio diverso.



resosão do tempo
contratual, com
consequente
deflagração do
P.A.D, bem como
proceder as
medidas
necessárias para
prover a
continuidade do
abastecimento, seja
com a convocação
dos
licitantes, para
demais
de
execução
remanescente, na
forma do §6º do
Art. 90 da Lei Nº
14.133/2021.
Em caráter
residual, caso
nenhuma outra
medida surta efeito
estudar
viabilidade e
perfunção de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



Cadastro Nacional de Empresas Indômitas (Cesi) e do Cadastro Nacional de Empresas Pundas (Cnep)	equipe técnica da Lei 14.133/2021 com consequente ineficácia da sanção e participação indevida em licitações e/ou contratação por outras organizações públicas, de empresas, com restrições	da Lei 14.133/2021 administrativo equilibrado para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do P&AD, bem como proceder às medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos licitantes, para execução de
---	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



RC-26	Gestão do Contrato	Desconhecimento por parte dos responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato como bem quanto aos termos pactuados, das sanções que podem ser aplicadas	execução contratual com aplicação intempestiva de sanções ou sem aplicação de sanções, consequente não atendimento da necessidade da contratação, entre as partes e contratações reiteradas de	remanescente, na forma do § 5º do Art. 9º da Lei Nº 14.133/2021.	Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surja efeito, estudar viabilidade de pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	Divilgação ostensiva dos termos contratuais metente as sanções e eventuais litígios. Mesmo com as previsões acaso o risco semearia resolução do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como	Contratado/ Fiscalização



RC-27	Gestão do Contrato	Receio do gestor de ser responsável	Anulação precipitada do contrato, sem uma	Falta de discernimento sobre os impactos	empresas que não entregam os objetos contratados adequadamente, possam apresentar registros que as desabonem, bem como judicializações	proceder as medidas necessárias para prover continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos licitantes, para execução, de remanescente, na forma do §5º do AT, 9º da LE, Nº 14.133/2021.	Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade permanência de contratar o serviço por meio diverso.
						Capacitação do servidor responsável	Contratado Fiscalização



<p>pe à manutenção de contrato envado de ilegalidade insanável ou entendimento de que contrato viciado deve ser anulado a todo custo</p>	<p>inerentes a cada evento que possa vir a se consumar no sentido de não conseguir definir se o erro é passível de convalidação ou não</p>	<p>avaliação prevista dos impactos da medida com consequentes maiores ao interesse público, incluindo a interrupção de atividades essenciais e a indenização do licitante contratado por danos e perdas sofridos (caso a ilegalidade não seja de sua responsabilidade)</p>	<p>elar a situação em especial, com a prestação de serviços subjetivos que na apreciação da dimensão do erro materiaizado com vista a manter o contrato intocado, ou em não sendo possível adotar medidas administrativas diversas, como a convocação de licitante para execução de remanescente, na forma do § 6º do Art. 90, da Lei Federal N.º 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta</p>
--	--	--	--



1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

DESCRITOR	DISCRICAO	NIVEL	DESCRICAO		NIVEL
			1	2	
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro na história de sua ocorrência	2	Baixa	Impacto mínimo nos objetivos	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3	Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3

Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	A	Alta	Impacto significante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	A
Muito Alta	Evento repetitivo e consistente	5	Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

1 - 2	Baixo
3 - 6	Médio
7 - 13	Elevado

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.

8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.
2. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos
 - 2.1. Nenhum acompanhamento incluído.
 3. Responsáveis:
 - 3.1. Setor Demandante e Equipe de Planejamento.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

- Técnicos e requisitantes responsáveis pela elaboração da Matriz de Risco: A elaboração desta Matriz de Risco foi conduzida por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais capacitados e experientes na área descrita neste documento. Este grupo, Setor demandante e equipe de planejamento, uniu seus conhecimentos técnicos-operacionais para garantir a precisão e abrangência das informações contidas neste documento. A atuação conjunta desses profissionais assegurou a compilação de requisitos essenciais, a definição clara dos parâmetros técnicos e a adequada reflexão das necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Itabaiana/SE.

- 1.1. Integrante da equipe de planejamento responsável pelas orientações gerais desta Matriz de Risco: Um membro-chave da equipe de planejamento desempenhou papel fundamental na orientação e coordenação desta Matriz de Risco. Este integrante, detentor de conhecimentos abrangentes sobre aspectos operacionais e regulamentares pertinentes a contratação dos serviços de decoração junina, sobretudo para os eventos alusivos aos festeiros juninos. O técnico foi responsável por fornecer as diretrizes gerais que orientaram a elaboração deste documento. Sua gestão e sua compreensão aprofundada dos objetivos Secretaria Municipal de cultura de Itabaiana/SE, garantiram que as orientações refletissem as necessidades específicas e a visão estratégica da Secretaria Municipal de Cultura de Itabaiana/SE.

Alessandro Magno Do Nascimento
Membro convidado